

Programa de Diretrizes de Governo Participativo–PDGP

COLIGAÇÃO O MELHOR PARA ALAGOINHAS

PARTIDOS: PT E PC DO B

CANDIDATURA - PREFEITO: JOSEILDO RAMOS

VICE: MAURICIO SOUZA

Introdução:

O “Programa de Diretrizes de Governo Participativo - PDGP” , ora apresentado, foi fruto da vontade expressa de várias representações da População de Alagoinhas, através do Movimento “Vem Pensar Alagoinhas” , que teve como objetivo a escuta social, ou seja: “ouvir da população Alagoinhense, os principais problemas que necessitam da ação do poder público municipal e que afetam a cidade como um todo, bem como àqueles que necessitam de um tratamento intersetorial dos Entes Federados (Municipal, Estadual e Federal).

A Escuta popular ocorreu no período de 16 de junho a 27 de julho de 2016, com o envolvimento de aproximadamente mil pessoas, que de forma voluntária, participaram das doze reuniões regionais e das cinco reuniões temáticas, bem como oriundas da contribuição espontânea dos internautas através de redes sociais (face book).

Serviu de base para o levantamento dos problemas e balizador para a construção das diretrizes do Programa de Governo do Pré-Candidato a Prefeito do Partido dos Trabalhadores Joseildo Ramos; cuja síntese torna-se materializada através do registro junto ao TRE, conforme preconiza a legislação eleitoral.

A necessidade de aliar o crescimento do município ao CAMPO DEMOCRÁTICO, PARTICIPATIVO E SOCIAL, foi um dos pontos mais evidentes das rodadas regionais.

Fica empenhado aqui, através do registro deste documento, o compromisso da “COLIGAÇÃO O MELHOR PARA ALAGOINHAS” de restaurar a dignidade do povo Alagoinhense, através da soberania deste município nas áreas: econômica, social e política, fazendo com que Alagoinhas tenha um cenário promissor, se destacando como uma referência positiva no Território Litoral Norte e Agreste Baiano, alcançando o reconhecimento nas esferas estadual e nacional e retornando a ser gerida com responsabilidade administrativa, transparência pública, controle social e participação popular.

A COLIGAÇÃO O MELHOR PARA ALAGOINHAS agradece a todos e todas que se disponibilizaram para que este Programa de Diretrizes de Governo se tornasse materializado (Lideranças Comunitárias, Associações de Moradores, Entidades e Sindicatos de Classe, Organizações culturais, políticas,

religiosas e ligadas à Juventude, internautas, bem como as lideranças do setor econômico, acadêmicos e profissionais técnicos), que contribuíram para dar esta forma ao conteúdo das escutas sociais realizadas nas regiões.

Registramos agradecimentos especiais também às entidades que gentilmente cederam seus espaços para que pudéssemos garantir a realização dos encontros regionais e setoriais.

Eis a seguir o nosso Compromisso com a População de Alagoinhas:

1- EDUCAÇÃO:

1. Readequar o Plano e a Política Municipal de Educação no sentido de inserir ações e programas que visem o atendimento ao educando e suas necessidades, como também a Implantação da escola inclusiva especializada, a escola de tempo integral e a escola fundamental II, atendendo um formato pedagógico de ensino de acordo com a especificidade de cada Comunidade (rural e urbana).
2. Valorização do magistério e dos profissionais que atuam na área de educação, propiciando condições para sua formação profissional e o desempenho do seu trabalho com qualidade e segurança.
3. Readequação do Plano de cargos e salários de acordo com a nova realidade da política educacional.
4. Provisão das vagas através de concurso público.
5. Implantar nas escolas a gestão democrática e coletiva, de forma a garantir a coparticipação de todos os envolvidos nas metas programadas como também elaborar/reestruturar, de forma

participativa, um Projeto Político Pedagógico que faça da escola um espaço comum de relações positivas entre a comunidade escolar e a comunidade local.

6. Adequação da arquitetura escolar das escolas e das creches municipais e ampliação do serviço nas zonas rural e urbana, de forma que o espaço físico tenha interface com um projeto pedagógico, incluindo coordenação pedagógica, laboratórios, núcleos de ciências, espaço Culturais, esportivos etc.
7. Regionalização das escolas, de forma que atenda a demanda resultante da expansão popular e que acolha o educando residente na região onde se encontra sediada.
8. Priorizar uma política de educação no Campo embasada pela vocação e vivências da comunidade da zona rural.
9. Tornar a escola um espaço inclusivo através um pacto de ações entre todos os agentes (corpo docente, corpo discente; a comunidade e a própria SEDUC), com implantação de programas que visem o enfrentamento à vulnerabilidade social, à violência nas escolas e aos destrutivos aliciamentos dos jovens (a exemplo do consumo de drogas), trabalhando a intersectorialidade da cultura, do esporte, feiras, olimpíadas etc.
10. Promover a intersectorialidade das Secretarias municipais, no sentido de garantir a solução dos problemas inerentes aos serviços públicos essenciais (água, luz, esgotamento sanitário, drenagem e vigilância sanitária) para que não se tornem entraves ao funcionamento das escolas.
11. Ampliação da Segurança Patrimonial.
12. Garantir a universalidade do atendimento da merenda escolar, de forma igualitária e organizada, observando os critérios de segurança alimentar e nutricional, de armazenamento e distribuição, com a utilização de alimentos saudáveis,

priorizando os gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar.

13. Estabelecimento de parcerias com universidades públicas (UNEB, UFRB, UEFS, UFBA) com IFES e com as Faculdades Privadas, existentes em Alagoinhas e território, com ênfase em políticas transdisciplinares (meio ambiente, saúde, cultura, educação, memória, ciência política, linguagens artísticas, entre outros domínios);
14. Consulta participativa, escolha e estímulo à produção de material didático alternativo, para a Educação Básica, visando uma formação cidadã e atenta à investigação e prospecção de novas riquezas materiais e simbólicas;
15. Parcerias interinstitucionais para um uso inovador de espaços e de equipamentos culturais e educacionais, visando melhor difusão e disseminação da produção científica de estudantes e professores do município e do território;
16. Parcerias para a construção de um parque editorial, em apoio à produção científica no município.
17. Garantir o controle social e a transparência das Licitações para compras de gêneros alimentícios da merenda escolar, obedecendo aos critérios preconizados pela Lei nº 11.947/2009 - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.
18. Renovar a frota de veículos escolares, garantindo o acesso à educação através de transporte diário e ininterrupto, com itinerário pré-organizado, com segurança e qualidade.
19. Construção de um Plano de Desenvolvimento que vise a implantação de um Polo Regional de Educação no município.
20. Estabelecer parcerias importantes com o Governo do Estado, visando ações importantes, como:
 - o Ampliação dos cursos de ensino superior no Campus da UNEB, através de um diagnóstico previamente realizado por

consulta aos estudantes, testes vocacionais nas escolas do ensino médio, entre outros.

- o Implantação da UFNB.
- o Aproveitamento dos professores excedentes da rede estadual.

21. Priorizar a atração de recursos e projetos oriundos dos Entes Federados Estadual e Municipal.

22. Criação de um Programa Municipal de acesso ao ensino técnico para jovens e adultos, utilizando instrumentos e parcerias importantes, como SENAI; SENAC; SESC; bem como o Pronatec;

23. Melhorar os indicadores preconizados pela Política Nacional de Educação.

24. Fortalecer o Controle social e a participação popular nas escolas através dos Conselhos (FUNDEB e Municipal de Educação)

2- SAÚDE

1. Fortalecimento da gestão da saúde, garantindo a universalidade do atendimento, melhorando as condições de acesso e acolhimento, bem como garantindo a integralidades das ações, em todos os níveis de atenção: primária, secundária e terciária, tendo a estratégia de saúde da família como porta de entrada de usuário no Sistema, para tanto propomos:

- o Ampliar a estratégia de saúde da família
- o Qualificação dos seus profissionais e humanização do atendimento.
- o Dispor as unidades com equipes de saúde completas; médicos, enfermeiros e odontólogos.
- o Ampliar as ações de vacinação

- Fortalecer e qualificar os PACS e os Programas de combates as Endemias (Dengue, Zica, Tuberculose, leishmaniose e outras).
 - Dispor as unidades de condições adequadas para atendimento.
 - Fortalecimento dos Conselhos locais de Saúde, corresponsabilizando a sociedade pela elaboração, execução e acompanhamentos dos resultados das ações de saúde.
 - Implantação LACEN REGIONAL - garantido acesso a todos os tipos de exames laboratoriais, inclusive de alto custo e descentralizando os serviços de coletas de exames nas zonas rurais.
 - Informatização de 100 das unidades de saúde, interligando, as unidades básicas, a Central de marcação de Consultas, com isso evitando o deslocamento desnecessários de usuários, que deve percorrer o sistema é a informação e não o usuário.
 - Ampliar e fortalecer o atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde das periferias da cidade, ampliando o atendimento do programa CEO.
 - Ampliar e articular os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do homem, do idoso, do trabalhador, das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental, HIPERDIA, etc.
 - Reestruturar e ampliar a Assistência farmacêutica, garantindo o acesso a medicamentos da atenção básica, ampliando também a cobertura da Farmácia Popular.
 - Reestruturar o Sistema de Vigilância de Saúde com vistas a reduzir os riscos à saúde da população, danos e agravos à saúde, fortalecendo e ampliando a capacidade de resposta do sistema municipal.
2. Reestruturar e ampliar a Atenção Especializada, garantindo à atenção a universalidade do acesso; através de investimentos

contínuos (próprios e externos) para a humanização do serviço, com criação do Centro de Atendimento Especializado de Exames e Imagens.

3. Fortalecer os atendimentos de Urgência e Emergência, através do pleno funcionamento das UPAS, desconcentrando os atendimentos do Hospital regional Dantas Bião, já tão sobre carregado.
4. Garantir a intersectorialidade de Secretarias como: Assistência Social, Educação, Cultura, esporte e lazer, etc.; determinantes para neutralizar os fatores externos que contribuem para o aparecimento de doenças.
5. Reestruturar o Hospital Maternidade Municipal de forma a tornando referencia em parto humanizado, bem como dotando de estrutura técnica capaz de garantir a assistência a parto de alto risco, através da implantação dos leitos de UTI neonatal.
6. Garantir o acesso aos serviços especializados, ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, atuando onde é competência municipal e promovendo as parcerias com os entes federativos para as demandas das especialidades de alta complexidade, inclusive a funcionalidade do Hospital Regional Dantas Bião.
7. Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência química, ampliando a Rede de Atenção Psicossocial, incluindo o CAPS AD.
8. Reestruturar o CEREST não só para acompanhamento do trabalhador acometido de uma doença ocupacional, mas no sentido de criar programas municipais preventivos que visem a preservação da saúde do trabalhador de maneira preventiva.
9. Readequar a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde.

3- SEGURANÇA PÚBLICA

1. Articular com o Estado a implantação do Programa Pacto pela Vida no município de Alagoinhas, criando um núcleo colegiado permanente para acompanhamento das ações do Programa, composto por secretarias municipais: Assistência Social, Educação, Saúde e Juventude (caso seja implantada), Conselhos Municipal e Comunitários de Segurança, Conselho Tutelar, Conselho Municipal Antidrogas, pelas Polícias Militar e Civil, Poder Judiciário e Ministério Público.
2. Criar parcerias com a comunidade acadêmica para ações e programas municipais que visem à redução da violência, maximizando as ações do pacto pela vida através de um diagnóstico prévio, bem como a capacitação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança Pública e defesa social, Conselho Antidrogas, o Conselho Tutelar.
3. Atrair recursos oriundos do Plano Nacional de Segurança Pública para adequações de projetos municipais que visem o combate à violência e o fortalecimento da Guarda Municipal, visando uma atuação mais efetiva e racional, com ênfase na preservação da vida e do patrimônio.
4. Celebrar parceria com o Governo do Estado, Federal e da iniciativa privada o sistema municipal de vídeo monitoramento.

4- ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Criação / Readequação da Política Municipal e do Plano Municipal de Assistência Social, em consonância com o que preconiza a Constituição Federal e a Lei Orgânica de Assistência Social, com vistas à organização do SUAS no Município.
2. Reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como do Conselho de Assistência Social e fundos especiais, adequando-os ao desempenho de suas finalidades.
3. Expansão da cobertura de CAD Único (priorizar a reorganização do sistema, visando correções de deturpações e veracidade das informações).
4. Criação de um Sistema de informação Municipal que realize um diagnóstico sobre a realidade socioterritorial, com o objetivo de identificar situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social de famílias e indivíduos, com vistas a desenvolver ações específicas de enfrentamento.
5. Expansão setorial da rede de CRAS, conforme a concentração de domicílios em situação de baixa renda e extrema pobreza, visando a ampliação da cobertura dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica, como: Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
6. Implantação /ampliação de Serviços Sócio-assistenciais de Proteção Social Especial de média e de alta Complexidades (Centro de Referência Especializado de Assistência Social e

Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua), garantindo a oferta de serviços, programas e projetos que visem o atendimento integral às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social (incluindo a população de rua), bem como os indivíduos com direitos ameaçados ou violados, ou que se encontram em situação de ameaça, necessitando serem retirados do meio familiar).

7. Ampliação de Programas de Transferência de Rendas, a exemplo do Programa Bolsa Família, do BPC entre outros, no enfrentamento da extrema pobreza e risco social.
8. Funcionamento do Restaurante Popular.

5- JUVENTUDE

1. Institucionalização da Política municipal para a Juventude que vise atender o que preconiza a Política Nacional para a Juventude, garantindo os mecanismos e parcerias necessários para:
 - o Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
 - o Erradicar o analfabetismo;
 - o Preparar para o mundo do trabalho;
 - o Gerar trabalho e renda;
 - o Promover uma vida saudável;
 - o Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
 - o Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
 - o Estimular a cidadania e a participação social;
 - o Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

2. Criação da Secretaria Municipal da Juventude para Coordenação e Execução das Políticas Municipais para a Juventude, articuladas com as parcerias e convênios com os Governos Estadual e Nacional.
3. Institucionalização do Plano Municipal da Juventude, do Fundo Municipal da Juventude.
4. Criação do Conselho Municipal de Municipal da Juventude, visando o pleno desenvolvimento das ações referentes às políticas públicas para a juventude, de forma articulada com Setores Sociais e Institucionais.
5. Implantação do Fórum Municipal da Juventude que vise Pensar a Juventude de Alagoinhas, bem como a avaliação e readequação das Políticas voltadas para este Segmento.
6. Ampliação de Programas Federais já implantados e implantação de novos programas que maximizem o atendimento à juventude de Alagoinhas.
7. Criação de Programas municipais através da Intersetorialidade das Secretarias Congêneres: Cultura, Esporte e Lazer, Saúde, Educação e Assistência Social.
8. Garantir a Transparência, Equidade e ampla concorrência Pública dos Editais Públicos que visem Programas e Projetos relacionados à Juventude.

6- CULTURA, ESPORTES E LAZER.

1. Readequação da Política Municipal de Cultura de modo integrado à política Nacional do Governo Federal e Governo Estadual.
2. Readequação e do Sistema Municipal de Cultura.
3. Readequação e atualização do Plano Municipal de Cultura.
4. Integração do município ao sistema nacional de cultura.

5. Promover o intercâmbio cultural com outras cidades do Brasil e do mundo, valorizando a cultura local.
6. Promover a transversalidade de políticas de cultura com outras políticas públicas, como: “educação, juventude e desenvolvimento socioeconômico” .
7. Promover a atração de investimentos na área cultural.
8. Valorizar a Cultura e o artista da terra, destacando também a valorização de manifestações culturais de matizes africanas e o resgate de eventos tradicionais.
9. Rediscutir o Formato de eventos públicos com a Sociedade.
10. Desenvolvimentos de Programas Municipais que visem à criação de Centros Esportivos e um melhor aproveitamento de novos talentos.
11. Resgatar eventos de cultura tradicionais ligados à juventude, como: Festivais de Bandas e Fanfarras; jogos e olimpíadas intercolegiais.
12. Criar o Centro Cultural Municipal.
13. Readequar a Funcionalidade do Ginásio de Esportes, abrindo para uso da Comunidade de forma programada.
14. Garantir a universalidade do acesso de espaços de cultura, esporte e lazer.
15. Dar continuidade as reformas e recuperação do Estádio Antonio Carneiro - CARNEIRÃO - no estímulo ao Esporte Profissional e amador no município;

7- HABITAÇÃO

1. Ampliar a construção de moradias para as famílias de baixa renda, através de Programas de Habitação Minha Casa, Minha Vida.

2. Proporcionar conforto à população, melhorar condições de limpeza, contribuindo para a saúde pública, e proporcionar níveis satisfatórios de segurança, velocidade e economia no transporte de pessoas e mercadorias através da pavimentação de vias públicas urbanas. As obras contemplam também infraestruturas complementares como a implantação de sistemas de drenagem e de calçadas, promovem mais acessibilidade e melhores condições de circulação nas cidades.

8- INFRAESTRUTURA - SANEAMENTO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA:

1. Reestruturação do SAAE e readequação da Autarquia Pública para gerenciamento das obras de Esgotamento Sanitário.
2. Estruturação de uma Gestão de Projetos que vise “Pensar a Cidade” para a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura urbana, habitação, energia e abastecimento de água, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.
3. Utilização do FGTS como Fundo Investidor para de Programas urbanísticos de infraestrutura e mobilidade urbana.
4. Reestruturação do PMDU - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, readequando para a nova realidade que Alagoinhas vivencia.
5. Captação de recursos Federais do PAC, para a implementação de projetos que visem melhorar a vida das pessoas.
6. Implantação da Defesa Civil, visando a prevenção em áreas de risco, controle de enchente e inundações, além da redução de áreas vulneráveis.

7. Universalização /Ampliação da cobertura da Rede de Esgotamento Sanitário na zona urbana e rural.
8. Elaboração do Plano Municipal de Saneamento básico e da Política Municipal de Saneamento Básico.
9. Reestruturação do Serviço de Coleta de lixo garantindo o percentual de 100% de cobertura.
10. Criar no âmbito da Secretaria de Serviços Públicos o Programa de Coleta Seletiva e apoiar a profissionalização das Cooperativas de Catadores.
11. Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), bem como do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

9- TRANSPORTES

1. Criar o Plano Municipal de Transporte, com vista a regulamentar serviço de concessão pública de transporte (ônibus urbano, táxi, moto táxis, transporte alternativo e transporte escolar), que deverá ser norteado através de ampla discussão com a sociedade.
2. Criar o Sistema Integrado de Transporte de passageiros, com bilhete único e acesso aos Distritos.
3. Organizar e regulamentar a Licitação de Transportes Urbano, cujo edital deverá constar a exigibilidade da prestação de serviços de qualidade; frotas de ônibus novas e ambientalmente corretos; quantidade de ônibus à disposição da linha; horários até zero hora; manutenção dos veículos e capacitação dos condutores de forma continuada e obrigatoriamente comprovada ao Setor Público competente; regulamentando também linhas e itinerários, incluindo

as linhas circulares que deverão estar à disposição do usuário de Alagoinhas.

4. Universalizar o acesso aos idosos e a pessoas com deficiência (fim das limitações ao acesso).

10- DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1. Instituir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
2. Criar a Superintendência Municipal de Abastecimento reestruturando e ordenando a Central de Abastecimento e as Feiras Livres da Cidade.
3. Elaborar a Política de Desenvolvimento Econômico e o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico.
4. Promover a inclusão digital nos municípios com foco na melhoria da qualidade dos serviços e da gestão pública, por meio da instalação de redes, pontos públicos de acesso à internet, sistemas de gestão na área pública e capacitação.
5. Implementar e organizar redes de empreendimentos econômicos solidários.
6. Apoiar as iniciativas para o desenvolvimento econômico dos bairros, promovendo a descentralização com a oferta de empregos localmente diversificada;
7. Incentivar o desenvolvimento de alternativas científicas e tecnológicas locais, de baixo impacto ambiental relevantes, para solucionar os problemas gerados pelo atual modelo de crescimento da cidade, realizando parcerias com instituições de ensino e pesquisa e organizações do terceiro setor, bem como implementando os programas nacionais e estaduais adequados às demandas locais.

8. Implementar e organizar redes de empreendimentos econômicos solidários
9. Estimular a qualificação e a requalificação da população com vistas às novas ocupações profissionais (parcerias com SEBRAE, SENAC, CREDITE, BANCO DO NORDESTE, CEAPE etc.).
10. Contribuir para a criação e formalização de microempresas, incentivando parcerias importantes.
11. Estimular a inclusão de pessoas com deficiência nos mercados de trabalho, público e privado.
12. Fortalecimento dos Conselhos Municipais e capacitação técnica dos Conselheiros Gestores;
13. Criar APAs, para a garantia de proteção do que ainda resta dos Rios: Sauípe, nascente do Catu, Rio Aramari, Rio Encantado, Rio Branco e Rio Estevão.
14. Atualização dos Planos da cidade: PDDU, PMSA, PMGIR, etc.;
15. Incrementar a produção agrícola de Alagoinhas, com atenção especial ao cinturão verde de produção de olerícolas da região do Estevão/Papagaio e da citricultura do Riacho da Guia;
16. Agregar valor ao minério areia, pois é subaproveitado, com uso apenas na construção civil, podendo expandir para indústria de produção de vidro, etc., devido a sua qualidade mineral;
17. Fortalecimento do polo Ceramista e da Indústria de bebidas, visto que a argila e a água mineral são os nossos principais minérios, principalmente no que tange à diversificação da produção. Estimular a produção de louças e pisos e a implantação de pequenas indústrias de bebidas.

11- MOBILIDADE URBANA

1. Propor projetos e planos específicos para pedestres e bicicletas reconhecendo-os como modais de transporte.

2. Construção de Ciclovias e ciclo faixas.
3. Assegura, de maneira organizada e equânime, o uso do espaço público de circulação, vias e logradouros e circulação de forma segura e confortável.
4. Propor projetos e planos específicos para pedestres e bicicletas reconhecendo-os como modais de transporte.
5. Assegurar equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros e circulação segura e confortável de passageiros do transporte coletivo, pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas individuais.
6. Formular e programar atividades voltadas à educação para a mobilidade urbana em todos os segmentos da sociedade, com apoio das redes escolar pública e privada e redes sociais.
7. Proporcionar conforto à população, melhorar condições de limpeza, contribuindo para a saúde pública, e proporcionar níveis satisfatórios de segurança, velocidade e economia no transporte de pessoas e mercadorias através da pavimentação de vias públicas urbanas que contemplam também infraestruturas complementares como a implantação de sistemas de drenagem e de calçadas.
8. No eixo **Governo Democrático**, o objetivo foi avaliado para diagnosticar os problemas estruturantes que emperram a Máquina Administrativa refletindo na vida de todos os munícipes, bem como a relação do Governo com a Comunidade, com a transparência pública e com os órgãos de controle social.

12- CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. Reestruturar o modelo de Orçamento Participativo implantado em 2001, inovando com a tecnologia e recursos que vise à

universalização de participação popular utilizando redes sociais, viabilizando também a participação ativa da Juventude.

2. Idem para os Conselhos Municipais (Saúde, Segurança, Trânsito e Transporte, Educação etc.).
3. Utilizar a estrutura e recursos da comunicação social em campanhas educativas e preventivas tais como: uso de drogas, mobilidade, educação ambiental, acessibilidade, saúde, prevenção de acidentes domésticos, acidentes funcionais e campanha permanente para prevenção de acidentes de trânsito.

13- MODERNIZAÇÃO DA MAQUINA PUBLICA

1. Valorização dos servidores públicos e aperfeiçoar os Planos de Cargos e Salários.
2. Garantir ampla participação popular na formulação e acompanhamento das políticas públicas da Gestão (reestruturação do Orçamento Participativo).
3. Estabelecer como meta a lisura, a transparência e a prevenção a condutas indevidas de agentes públicos por meio de auditorias estratégicas e controle interno, entre outras ações.
4. Praticar uma gestão inovadora e descentralizada, priorizando planejamento estratégico participativo.
5. Aperfeiçoar a regulação e monitoramento dos serviços públicos, inclusive os terceirizados, de forma transparente, conforme preconiza a Lei de Licitações.
6. Dar publicidade de forma transparente e contínua aos contratos de serviços terceirizados.
7. Resgatar a qualidade da prestação de serviços, implantar um sistema informatizado e em rede, de forma ágil, desburocratizando e descentralizando os serviços para melhor atendimento à população.

8. Criar o Plano de Saúde do Servidor Municipal.
9. Fortalecer e integrar ações por meio de programas, projetos, parcerias e consórcios intermunicipais.
10. Readequar os Planos e Políticas Municipais, de acordo com a realidade atual do município visando um desenvolvimento sustentável que integre efetivamente as ações dos diversos órgãos da prefeitura.
11. Reavaliar as concessões e permissões estabelecidas pela prefeitura e adequá-las através de licitações.
12. Desenvolver ações com o governo federal e estadual para aumentar repasse de recursos voluntários.

Alagoinhas, 12 de agosto de 2016.

COLIGAÇÃO O MELHOR PARA ALAGOINHAS

PT E PC DO B